



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS


HELICIO
DANTAS LOBO
JUNIOR:84654
23/10/2025 09:35

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 04/2025

Aos 17 dias do mês de outubro de 2025 (sexta-feira), às 10h30, reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), os Excelentíssimos Desembargadores **Helcio Dantas Lobo Junior**, Presidente da Comissão, Excelentíssima Desembargadora **Tereza Aparecida Asta Gemignani**, Excelentíssima Desembargadora **Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira**, Excelentíssimo Desembargador **Eder Sivers**, Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli**, Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Francisco Duarte Conte**, Presidente da AMATRA XV e representante da magistratura do primeiro grau, Servidor **José Aristéia**, Presidente do SINDIQUINZE e representante dos servidores deste Tribunal. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Desembargadora **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes** e os Excelentíssimos Desembargadores **José Otávio de Souza Ferreira e Renato Henry Sant'Anna**. Participaram, como convidados, o Sr. Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser** e o Secretário de Orçamento e Finanças (SOF) **Marco Antônio Fernandes**. Secretariaram os trabalhos o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e a Assessora Técnica da Vice-Presidência Administrativa, Beatriz Neves da Rocha.

O Excelentíssimo Desembargador Helcio Dantas Lobo Junior, declarou aberta a reunião desta Comissão e, agradecendo a presença e a disponibilidade de todos, deu boas-vindas aos participantes.

Iniciando os trabalhos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão, se desculpou pela não realização de reuniões em todos os meses antecedentes, tendo em vista as intensas atividades da Vice-Presidência Administrativa ao longo do ano, notadamente, diante dos procedimentos decorrentes da ampliação do número de Desembargadores da Corte. Em seguida, deu início ao primeiro assunto em pauta.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Exercício Orçamentário de 2025:

Franqueada a palavra ao Diretor Geral, este informou que foram executados os seguintes percentuais do orçamento de 2025: 78% das despesas de pessoal; 82% de benefícios e 63% de custeio. Ressaltou que, tais índices são considerados bons e que a parte de licitações e aquisições, ligada a custeio, é a que tem maiores variáveis.

Previsão orçamentária de 2026:

Adlei esclareceu que a proposta para 2026, repete os valores de 2025, que, por sua vez, são os mesmos de 2024. Isto é preocupante, pois os contratos de maneira geral, sofrem reajustes, inclusive as tarifas públicas. Nesse sentido, foi necessário fazer o corte de algumas atividades. No entanto, houve um aporte de R\$ 20 milhões, sendo metade para honorários, e a outra metade para as atividades inicialmente cortadas. Mas, o valor ainda é insuficiente para tudo.

Desembargadora Tereza, indagou se o pagamento dos aposentados, inclusive os que migraram de regime de previdência, entra no orçamento do Tribunal.

Adlei esclareceu que sim, que é o TRT15, quem os paga com seu orçamento.

Dra. Tereza perguntou se o volume dos que migraram é maior do que os que não migraram.

Adlei disse que não pode afirmar, mas, que a maioria que migrou ainda não se aposentou. A tendência é de que os do Regime Geral se tornem a maioria com o passar do tempo.

O Presidente da Amatra informou que houve liberação de suplementação orçamentária para alguns Tribunais, cerca de nove regionais.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

O Diretor-Geral afirmou que se espera a liberação de valores próprios, decorrentes da ADI recentemente apreciada pelo STF.

Desembargador Hélio perguntou se há previsão de reajuste de salários, do reembolso do plano de saúde e do auxílio-farmácia.

Adlei afirmou que houve redução linear de 15%, no reembolso do plano de saúde e que o auxílio-farmácia foi incluído no teto de reembolso do plano; que este teto corresponde a 10% da remuneração. Afirmou que se espera o restabelecimento dos 15% ao final do ano, que deve vir alguma suplementação para este título, daí se fará o restabelecimento proporcional a todos.

O Presidente da Amatra afirmou que tal remuneração considera os valores de 2024, e não de 2025. E, que há projeto de reajuste de salários somente para os servidores, não para a magistratura.

A Desembargadora Ana Cláudia perguntou se há cenário favorável para o final do ano.

Adlei afirmou que são aguardados os recursos da citada ADI e ainda recursos para pagamento de algumas verbas, mas, não há nada de concreto por ora. Afirmou que todos os passivos da 15ª Região, estão lançados no Módulo de Gestão de Passivos (MGP) do CSJT. Que neste sistema há duas colunas, uma de verbas aptas para pagamento, e outra de verbas inaptas. Estas, em sua maioria, dizem respeito a pessoas que não encaminharam a respectiva declaração de não recebimento dos valores por via judicial. Afirmou que deve ser expedido novo comunicado da Administração, solicitando aos beneficiários que façam a declaração.

Desembargador Helcio, externou sua preocupação de que se termine o ano, e tribunais tenham que devolver recursos, sem pagar as verbas devidas.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Desembargadora Tereza indagou a razão da data de corte para cálculo da licença prêmio ser de 1993.

O Juiz Francisco afirmou que havia dúvida a respeito, que foi pacificada por decisão do CSJT no último dia 22. Ainda não houve tempo hábil para ajustes.

O Desembargador Helcio afirmou que falta o pagamento de uma segunda parcela da LC.

A propósito, Adlei esclareceu não se tratar tecnicamente de passivo e, por tal razão, a verba não está lançada no MGP. Explicou que o CSJT, faz a devida divisão dos valores que devem ser destinados a cada parcela ou passivo.

Desembargador Helcio parabenizou, então, Adlei e sua equipe pela gestão do Tribunal, pois trabalham com déficit de funcionários.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente outorgou aos presentes, então, a possibilidade de que outros assuntos de interesse desta Comissão pudessem ser discutidos.

Nada mais havendo para deliberar, o Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 11h20.

Helcio Dantas Lobo Junior
Desembargador Presidente da Comissão

